

1 Ata da reunião ordinária nº 740 do
2 Conselho Universitário da
3 Universidades Estadual de
4 Londrina, realizada no dia 02 de
5 outubro de 2020.

6 No dia 02 do mês de outubro, do ano de dois mil e vinte, às quinze
7 horas e trinta minutos, na sala virtual link [https:// meet.google.com/djt-](https://meet.google.com/djt-xmci-zus)
8 [xmci-zus](https://meet.google.com/djt-xmci-zus) em razão do isolamento social, decorrente da pandemia de
9 coronavírus, reuniu-se o Conselho Universitário, sob a presidência do
10 reitor, Prof. Dr. Sérgio Carlos de Carvalho, com a presença do vice-
11 reitor Prof. Dr. Décio Sabbatini Barbosa e dos seguintes Conselheiros:
12 Viviane Aparecida Bagio Furtoso, Silvano Cesar da Costa, Tânia Lobo
13 Muniz, Gilmar Aparecido Altran, Cesar Bessa, Eloisa Ramos Ribeiro
14 Rodrigues, Paulo Cesar Meletti, Leandro Ricardo Altimari, Ângela
15 Pereira Teixeira Victória Palma, Maria Fernanda Rodrigues Graciano,
16 Silvia Ponzoni, Sandra Galbeiro, Marcos Robalinho Lima, Henrique de
17 Santana, Carlos Eduardo de Oliveira Lima, Antonio Geraldo Pires, Eliel
18 Ribeiro Machado, Lorena Ferreira Portes, Joabe Vieira da Costa,
19 Rafael Bataglia da Silva, Thiago Corrêa Mattos, Mário Sérgio
20 Mantovani, Paulo Liboni, Amauri Alfieri, Azenil Stavisk, Maria Elisa
21 Wotzasek, Itamar André Rodrigues do Nascimento, Márcia Regina
22 Eches Perugini, Marcelo Alves de Carvalho, Nilson Magagnin, Patricia
23 Mendes Pereira, Lucia Giuliano Caetano, Ines Cristina de Batista
24 Fonseca, Jonatan Marques da Silva e Vanilda Gomes Pacheco.
25 Participou também o procurador Jurídico da UEL, Miguel Etinger de
26 Araujo Junior e como ouvintes os seguintes: Celio dos Santos Costa,
27 Daniel Souza de Oliveira Correa, Sergio Herinque Gerelus, Wellington
28 Cardador, Nelson Amanthea, Betty Elmer e Sérgio Manabe.
29 Convidados: Lisiane Freitas de Freitas, Alberto Duran Gonzales.
30 Ausência Justificada: Airton José Petris. **I. ORDEM DO DIA. Item 1 -**
31 **Discussão e votação da ata da reunião nº 735.** Página 3, primeira
32 linha, em 25 de agosto, quando foi feita a portaria da comissão
33 (sugestão de colocar a data em que houve a constituição da comissão,
34 incluir o ano de 2017). APROVADA, com 01 abstenção. **Item 2 -**
35 **Discussão e votação da ata da reunião nº 736.** Sem pedidos de
36 correção, aprovada, com uma abstenção. **Item 3 - discussão e**
37 **votação da ata da reunião nº 737.** Aprovada, por unanimidade.
38 **Item 4 - Ato Executivo nº 43/20 – GABINETE DA REITORIA – eleição**
39 **de um representante técnico administrativo para compor a Câmara de**
40 **Finanças e Orçamento, em substituição de servidora aposentada.**
41 **(Prof. Dr. Sérgio Carlos de Carvalho).** A servidora Vanilda Gomes
42 Pacheco manifestou interesse em compor essa câmara até o final de

1 deste mandato. Em regime de discussão. Em regime de votação. Eleita
2 por aclamação a servidora Vanilda Gomes Pacheco para a Câmara de
3 Finanças e Orçamento, em substituição da servidora recém
4 aposentada, Nalu Cristina Pasqualino Fachin. Favoráveis 27 votos.
5 **Item 5 - Processo 7573/2017 – GABINETE DA REITORIA** – apreciar
6 o relatório da Comissão de Avaliação Docente e deliberar acerca das
7 recomendações da referida comissão. **(Relator1: Prof. Dr. Leandro**
8 **Altimari – Câmara de Legislação e Recursos / Relator2: Prof. Dr.**
9 **Décio Sabbatini Barbosa)**; Prof. Leandro inicia o relato, em razão das
10 férias do Prof. Airton Petris. Salienta que esse processo teve origem
11 com a portaria 1543 de 2017, que constituiu comissão para elaborar
12 modelo de avaliação aos docentes em estágio probatório e este foi
13 aprovado e apreciado nas diferentes instâncias. Esse processo retorna
14 a esse conselho, agora para apresentar um modelo de avaliação para
15 os docentes efetivos. O escopo dessa reunião então, se trata, dos
16 docentes estatutários e em face do contido do presente processo, a
17 Câmara de Legislação e Recursos, reunida em 23 de setembro de
18 2020, tece as seguintes considerações. A Câmara de Legislação e
19 Recursos reunida de modo remoto em 23 de setembro de 2020 às 09h,
20 considerando que o Art.3º, Inciso I, do Regimento do Conselho
21 Universitário da UEL determina sua competência para exercer a
22 supervisão da Universidade e traçar a política universitária; a Comissão
23 para propor procedimentos e instrumentos de avaliação docente,
24 instituída pela Portaria 1541 de 12/04/2019 (f.190) e recomposta pela
25 Portaria 1427 de 20/05/2020 (fls.193), apresentou seu Relatório Final
26 em 19/08/2020 (fls.194-197); no Relatório acima referido a Comissão
27 recomendou ampla discussão desta proposta de avaliação pela
28 comunidade docente da universidade, implementação de formulários
29 em meio eletrônico para a coleta e tratamento dos dados pela
30 Assessoria de Tecnologia de Informação (ATI) e, após a constituição
31 da versão final deste instrumento, sejam realizados testes de
32 validação, por amostragem; a Comissão apresentou também Minuta de
33 Resolução sobre o tema discutido (fls.198-219); do ponto de vista
34 formal o presente processo encontra-se adequadamente instruído. A
35 Câmara de Legislação e Recursos (CLR) encaminha, para apreciação
36 do Conselho Universitário (C.U), o Relatório Final da Comissão que
37 discutiu propostas de procedimentos e instrumentos de avaliação
38 docente da Universidade Estadual de Londrina (UEL), especificamente
39 no que se apresenta às folhas 190 a 221. Londrina, 23 de setembro de
40 2020. Prof. Décio – dessa comissão também fez parte a Profa. Eliza
41 Tanaka, Profa. Silvia Ponzoni, Prof. Nilson Magagnin. O tema avaliação
42 traz muitas paixões. Teve sorte de trabalhar nessa comissão com

1 pessoas que queriam dar a sua contribuição em prol da Universidade.
2 Fizeram parte docentes jovens e com mais tempo de casa, o que
3 favoreceu diferentes olhares sobre o tema. Foram inúmeras as
4 reuniões, os membros se variaram ao longo do tempo, haja vista que
5 esse processo se iniciou na gestão anterior, assim, alguns mandatos
6 foram vencendo e sendo substituídos. Esse instrumento que agora
7 será debatido dentro da Universidade. Não tem caráter punitivo, mas,
8 sim, formativo. Que possa propiciar preencher alguma lacuna, por
9 alguma deficiência, por não ter tido conhecimento de outra metodologia
10 de ensino. Permite uma autoavaliação, avaliação por seus pares, e
11 avaliação por parte dos estudantes. A comissão entende isso como
12 algo salutar. Tivemos a participação de servidores de todas as pró-
13 reitorias acadêmicas e também da PROPLAN e PRORH, além de
14 membros da CPA. Trouxemos modelos de avaliação de diversas
15 universidades e outras realidades, para o grupo, após um amplo estudo
16 e debate, chegamos a esse relatório. Esse instrumento vem em muito
17 boa hora. Antes dele cada departamento tinha a sua maneira de
18 avaliar. Na tentativa de propiciar uma padronização, respeitando as
19 particularidades de cada área e departamento, apresentamos esse
20 instrumento, pensando a melhor formação dos docentes, haja vista que
21 boa parte dos docentes ingressa na carreira, vindo de sua área de
22 formação, sem um preparo metodológico para o ensino superior, com
23 pouca experiência em docência. Elisa Tanaka – a comissão teve o
24 cuidado de avaliar as diferentes áreas, convidou o professor Maiango,
25 que trabalha com avaliação de RH, para que pudesse fazer uma
26 análise das questões do instrumento, que foram muito importantes para
27 a constituição desse documento. Usamos referenciais já consagrados
28 na UEL, e que são documentos aos quais os docentes já têm
29 familiaridade, a exemplo da tabela do PROIC, que é próxima do
30 trabalho do docente que tem projeto de pesquisa. Talvez essa seja a
31 palavra mais importante, o consenso, pessoas de áreas e instâncias
32 diferentes, das diferentes câmaras, dos sindicatos, esse documento
33 traz a síntese de todas as ideias e o consenso, pelas áreas envolvidas.
34 Prof. Nilson Magagnin – não diria que houve um consenso, mas,
35 algumas posições foram relevadas, e outras retiradas, para que
36 tirássemos um relatório para trazer a esses Conselho. Entende que
37 hoje, o que temos que aprovar é o relatório da comissão, porque o
38 instrumento, ainda deverá passar por todos os departamentos e
39 adaptado por toda a comunidade universitária. O instrumento posto no
40 processo é um ponto de partida para o início das discussões. Outra
41 recomendação importante é que haja um processo de verificação do
42 instrumento para que ele não fique distante das atividades da grande

1 maioria dos docentes. O instrumento deve ser adequado ao estágio do
2 docente na universidade. Prof. Décio – gostaria de corroborar a fala do
3 Prof. Nilson, o que estamos pautando aqui é a aprovação do relatório e
4 as recomendações são exatamente estas, que seja amplamente
5 discutido em todos os departamentos. Não compete a essa comissão
6 impor esse documento de avaliação. Ele deve ser aprimorado, ou,
7 totalmente refutado. Algo que gostaria de ressaltar que nós procuramos
8 não nos distanciarmos de como está sendo avaliado o docente de
9 estágio probatório, como o docente efetivo, salvada as particularidades
10 do professor que está em início de carreira, com aquele que já tem
11 muitos anos de trabalho. Prof. Antônio Geraldo – gostaria de
12 parabenizar aos membros da comissão pela qualidade do trabalho.
13 Concorda com as palavras do Prof. Nilson. Em nome dos docentes do
14 CEFE, ontem fizemos nossa reunião, alguns pontos nos chamaram a
15 atenção. Ao lermos o relatório, ao aprovarmos o relatório, aprovar esse
16 documento, seria aprovar as recomendações da comissão. O que nos
17 preocupa é o primeiro item das recomendações, qual seja a ampla
18 discussão. Porque isso precisa de tempo. Então, nós encaminhamos,
19 pelo CEFE, que esta ampla discussão não tivesse menos de 4
20 Conselhos Universitários. Na perspectiva, aguardar, no mínimo, o C.U
21 de abril. Defendemos que menos que esse tempo, é impossível
22 aprovar um tempo para essa discussão, defendendo e respeitando o
23 espaço democrático, respeitando-se a diferença de formações
24 profissionais e visões de mundo. Prof. Ronaldo Gaspar – queria
25 rememorar uma questão posta no relatório. No início do processo de
26 discussão, na comissão que foi composta para a avaliação dos
27 docentes em estágio probatório, e nesse momento, falo como docente
28 do CLCH e como presidente do SINDIPROL/ADUEL. Na primeira
29 comissão havia uma representante do sindicato que era a Profa. Silvia
30 Alapanian. Acompanhei também as discussões e à época a nossa
31 grande reivindicação era tirar o caráter punitivo dos instrumentos e me
32 parece que isso foi contemplado pela última comissão. Seria
33 importante que haja uma fala do SINDIPROL ADUEL, na reunião
34 deliberativa. Embora o sindiprol não tem cadeira no C.U, solicita que
35 ele possa se manifestar, ressaltando a posição do sindicato. Profa.
36 Angela – parabéns à comissão. Em relação à fala do professor
37 Ronaldo, e reforçando o que os docentes do CEFE indicaram, a
38 importância de se temporalizar, porque já participou de comissão que o
39 relatório ficou parado e não se finaliza, é importante marcar esse tempo
40 e marcar o que cada instância precisa avaliar. Sobre a fala do Prof.
41 Ronaldo, gostaria de saber o que o sindicato vai avaliar? Vai avaliar o
42 instrumento original, ou o que voltar das unidades. Precisamos definir

1 quem vai sistematizar o que retornar, será a própria comissão? Se
2 tivermos 25 sugestões, por exemplo, quem fará a compilação de todas
3 as sugestões. E sobre o sindicato, vai fazer análise em cima do quê?
4 Se for das sugestões, o tempo precisa ser ampliado. Ronaldo – nós
5 temos além da diretoria do sindicato, temos o conselho de
6 representantes, das mais diversas áreas, que estarão em seus centros,
7 acompanhando as discussões, a partir dos seus departamentos de
8 origem. Penso que as considerações do Sindicato, devem ser a partir
9 do que vier de considerações dos Centros de Estudos. Essa é uma
10 prerrogativa legal, do sindicato. O objetivo do sindicato não é interferir
11 em algo administrativo, mas, de algo que impacta na carreira docente.
12 Prof. Sérgio – é tradição do conselho universitário conceder essas
13 falas, nunca o C.U se negou a conceder fala aos sindicatos, ao DCE,
14 então, não vê problema em contemplar esse pedido de fala do
15 SINDIPROL. Prof. Azenil – parabeniza a comissão, e ressaltou que já
16 trabalhou em RH e como avaliador de outras IES públicas, quer
17 reforçar que existem dois tipos de avaliação, uma implica na
18 progressão de salários, nas avaliações que já participou, a que tem
19 mais sucesso e que vai ao encontro do que está proposto é a avaliação
20 com objetivos de formação. Não existe instrumento perfeito. Se buscar
21 na literatura, não há instrumento perfeito, o que precisa se pautar, é
22 que ele seja claro e qualitativo. Trabalhar isso no contexto dos
23 departamentos e quem está sendo avaliado entenda que o que está
24 sendo avaliado é a docência, suas metodologias etc. Há um número
25 muito grande de professores colaborativos. Há professores que ficam
26 lecionando 10 anos em regime de PSS, existe um instrumento para
27 avaliar esses professores? Prof. Antônio Geraldo – a avaliação é do
28 docente, não é institucional. Claro que a Instituição tem interesse. É um
29 campo de luta, entre avaliado e avaliador. Os pares cumprirão o
30 processo. Há diferentes cenários e interesses de classes. E assim, é
31 claro que deve ter a participação dos sindicatos. O mediador não é o
32 docente, mas é o sindicato. Me preocupa esse desenho de lutas, por
33 mais que falamos que não é punitivo, mas formativo, o espaço de
34 disputas já está posto. Esse é um discurso preventivo. No CEFE
35 entendemos que essa discussão deverá ser puxada pelo representante
36 do Centro, juntamente com o representante do sindicato do Centro, não
37 é pelo chefe de departamento. Aproveitando a tese do Prof. Azenil,
38 também tem essa preocupação com o professor temporário, até porque
39 o sindicato não faz essa diferenciação, ele ampara também o professor
40 temporário. Essa discussão é dos docentes. Prof. Nilson – apoia a
41 proposição do Prof. Antônio Geraldo, sobre a temporalidade.
42 Precisamos de tempo para discussão nos Centros. Gostaria que

1 houvesse a possibilidade que essa discussão fosse feita
2 presencialmente, então, talvez esse prazo deva ser estendido. Gostaria
3 de registrar o modo democrático com o qual o Prof. Décio presidiu essa
4 comissão. Prof. Bessa – todo processo normativo requer uma revisão
5 de redação técnica, para que não haja conflitos com outras leis, porque
6 implica normativas nacionais e até internacionais, uma vez que somos
7 signatários de convenções internacionais, como a OIT. Após todas as
8 discussões e da compilação das discussões, que o documento seja
9 encaminhado à PJU para que se faça uma análise apurada no que
10 tange à formatação da redação técnica e legal. Prof. Sérgio – concorda
11 com o CEFE que precisamos dar um tempo para as discussões
12 acontecerem. Teremos o recesso e muito provavelmente retornaremos
13 as atividades deste conselho apenas em março. Uma indicação para
14 uma aprovação em abril, é algo razoável. Podemos até fazer uma
15 audiência pública com esse tema, em março, sem ser deliberativo, para
16 dar mais subsídios para a aprovação em abril. Com relação a fala do
17 SINDIPROL, podemos deixar consignado que o C.U dará fala para o
18 sindicato. Com a relação da discussão presencial, já temos ressalvas.
19 Porque não sabemos como estará a pandemia. Não faria apostas na
20 presencialidade, é temerário nesse momento. Presencialidade hoje é
21 para caráter excepcional. Em abril, se tudo voltar ao normal, se
22 tivermos vacina, certamente estaremos de forma presencial, discutindo
23 esse instrumento. Considera que os Centros precisam se pautar no
24 instrumento posto e elaborado pela comissão. É a partir dele. Tanto o
25 SINDIPROL, quanto a ASSUEL, quanto o DCE precisam discutir esse
26 instrumento. A ação docente deve ser avaliada pela comunidade
27 universitária e também é tradição do C.U encaminhar essa discussão
28 às demais unidades. Se deixarmos só por conta dos docentes,
29 estaremos rompendo com o princípio da democracia. Propõe que esse
30 processo seja encaminhado a todas as instâncias dessa universidade,
31 aos departamentos, aos colegiados, aos centros, aos sindicatos, ao
32 DCE, os Centros acadêmicos também devem participar das discussões
33 nos Centros, dentre outros. Prof. Leandro – o encaminhamento que o
34 Prof. Antônio Geraldo trouxe não é do CEFE, mas sim, dos docentes.
35 Prof. Antônio Geraldo – fala em nome dos docentes do CEFE, isso não
36 significa concordar ou discordar do CEFE. Quando nós, politicamente,
37 discutimos a avaliação do instrumento e não a avaliação dos docentes.
38 Em momento algum os docentes do CEFE se opuseram a avaliação
39 docente e entendem que é a universidade quem faz. Ela representa a
40 sociedade. A discussão deve ser ampla, do instrumento, uma vez que
41 a avaliação é do docente. Não é a rejeição da avaliação é a discussão
42 do instrumento que nos avaliará. A instância da avaliação deveria ter,

1 inclusive, participação externa, porque somos servidores públicos. Se
2 os estudantes vão nos avaliar, eles precisam participar das discussões.
3 Precisam conhecer, inclusive, os critérios. Prof. Sérgio – temos então,
4 duas propostas. Uma que é encaminhar aos representantes dos
5 Centros e a que eu defendo é que se encaminhem a todas as unidades
6 da universidade. O DCE pode nos encaminhar as considerações. Os
7 sindicatos podem nos encaminhar a síntese das discussões. Em março
8 podemos recolher os textos, as propostas de sugestões, em abril
9 faremos a compilação e em maio, podemos retomar o relatório para a
10 deliberação neste conselho. Prof. Nilson – quando a comissão propõe
11 que a discussão seja ampla e democrática, as propostas apresentadas
12 não são excludentes, ele deverá passar pelas unidades e por meio das
13 suas diferentes representações, até porque há pelo menos 5 classes
14 de docentes na UEL. Cada instância pode puxar as discussões e
15 enviar as contribuições à comissão. Prof. Sérgio – está entendendo,
16 então, que esse relatório deverá ser amplamente discutido em todas as
17 instâncias, que vão avaliar a minuta do instrumento elaborado pela
18 comissão. Pede para que o retorno do texto seja enviado até a primeira
19 semana de abril. E que tenhamos um mês para os conselheiros
20 apreciarem o resultado e possam votar em maio. Prof. Décio – em
21 nome da comissão, sugere que essa sistematização seja feita pela
22 própria comissão. Profa. Angela Palma, gostaria de deixar o
23 compromisso que, os conselheiros da formação atual, se vencerem os
24 seus mandatos, ou tiverem que sair por algum outro motivo, que
25 assumam o compromisso de participar das discussões nas suas
26 unidades, porque conhecem o relatório apreciado hoje. Em regime de
27 discussão o relatório da comissão. Aprovado por unanimidade. O
28 relatório será encaminhado de forma digitalizada, para dar mais
29 agilidade na movimentação dele. **II INFORMES.** Prof. Sérgio - a
30 avaliação que nós fizemos em todos os conselhos, quando começou a
31 pandemia, a mobilização que a comunidade teve, a partir da segunda
32 quinzena de março. Produção de máscaras, produção de álcool, se
33 lembra da nossa diretora de pesquisa, que organizou uma rede de 50
34 psicólogos para oferecer atendimento psicológico a toda rede pública
35 que está atendendo os profissionais de saúde, que é maior da rede do
36 município e aos domingos essa professora está costurando máscaras
37 para o HU. Nós produzimos 30 mil máscaras inicialmente, com
38 resíduos de tecidos e agora estamos produzindo mais 500 mil, é como
39 se fosse uma máscara a cada habitante dessa cidade. Há mais de 10
40 anos as universidades estão sofrendo um processo de sucateamento.
41 E nós estamos dando a resposta nesse momento, em todos os
42 espaços em que o reitor participa repete incansavelmente as nossas

1 ações, já tivemos mais de 700 defesas e qualificações de teses e
2 dissertações. A disputa pelos recursos já começou. Fizemos duas
3 audiências públicas. Todos os vereadores e deputados foram
4 convocados. Discutimos a iminente perda das residências de
5 odontologia e de medicina veterinária, o que significaria fechar a COU
6 e o HV que são os esteios de atendimento da população mais carente
7 da universidade. Estamos recebendo apoio de várias entidades,
8 públicas e privadas, justamente pelo trabalho de disseminação que
9 estamos fazendo, porque cumprimos a tarefa pública. A sociedade
10 precisa nos apoiar. Aproveitando o ensejo, prestamos conta de tudo o
11 que a universidade vem fazendo nesse período de pandemia,
12 ressaltamos que a universidade não está parada. A produção de
13 conhecimento não pode parar, as pesquisas não param e o
14 atendimento público não pode parar. Tivemos a representação de
15 praticamente todas as entidades da sociedade. ACIL, RURAL. Esteve
16 em Curitiba, em reunião na Casa Civil e recebemos a ordem de que
17 sejam abertas as residências que os recursos virão. Temos 500
18 residentes, com a área da saúde e é só a UEL que tem esse
19 quantitativo. Fizemos esse relato na Audiência Pública e ontem, na
20 sessão ordinária da câmara de vereadores. Estamos recebendo muito
21 apoio político e da sociedade em geral. Quase 400 pessoas nos
22 ouvindo e recebendo nossas informações. Estamos construindo a
23 nossa narrativa para que o ano que vem consigamos manter nossos
24 recursos. Pelo o que está posto hoje, se não houver suplementação, só
25 manteremos nossa atividade no campus nos primeiros três meses do
26 ano. Será um ano que já começaremos fazendo pressão para a
27 suplementação. Outro ponto da minha ida à Curitiba foi a Lei de
28 Cargos. Essa lei está sendo questionada pelo Ministério Público e pelo
29 Tribunal de Contas, no que tange ao Tide Administrativo e quanto as
30 GRAS. A UEL entrou com uma ação judicial. A APIESP contratou um
31 advogado que está fazendo um trabalho, praticamente gratuito, e
32 agradece à Profa. Tânia Muniz e ao Prof. Miguel Etinger por essa
33 intervenção, e assim, a APIESP também ingressará com um processo
34 judicial para defender o Tide e as gratificações GRA. Os líderes do
35 governo estão achando absurda a intervenção do TCE, por não ter
36 essa prerrogativa. O judiciário pode, mas o TCE não é uma instância
37 de regulação jurídica, mas sim uma instância administrativa de
38 fiscalização externa. A SEFA não se manifestou. Sabemos que
39 politicamente há um grupo técnico de servidores do Paraná que não
40 concorda com o Tide Administrativo das universidades, porque eles
41 não recebem essa gratificação. Só a UEL fez esse enfrentamento
42 político e judicial. Mas agora, algumas universidades estão nos

1 procurando e a APIESP vai judicializar. Outro informe, estamos com as
2 inscrições abertas para eleição dos representantes docentes junto ao
3 Conselho Universitário. Prof. Piau – a universidade está compondo, um
4 grupo de trabalho emergencial para a cultura e conseguimos mobilizar
5 por meio pela Lei Aldir Blanc e conseguimos angariar mais de 3
6 milhões para desenvolver algumas atividades na área de cultura. Serão
7 concedidas cotas de verba que variam entre 3 a 15 mil reais para
8 produzirem documentários, por meio do celular. ONGs podem
9 participar, sociedade em geral. Agradece o apoio do reitor, de
10 professores do Direito e Economia que ajudaram a formatar o projeto.
11 E da COM que nos ajuda nesse processo. Prof. Antônio Geraldo –
12 pergunta se o Esporte pode entrar nesse projeto, em razão da saúde
13 das pessoas, penso que envolve, saúde, esporte, cultura dentre outras
14 áreas. As comunidades de bairros não têm apoio de recursos nenhum
15 e têm uma forte interferência no lazer dessas comunidades. Prof. Piau
16 – precisa avaliar melhor o edital. Prof. Silvano – estamos na sexta
17 campanha de arrecadação das cestas básicas que doamos para as
18 comunidades carentes da zona norte de Londrina. Na próxima sexta-
19 feira estaremos no *drive thru*. Já entregamos mais de 1300 cestas
20 desde a primeira campanha. Profa. Patricia – o Prof. Silvano convidou
21 o CCA para a entrega dessas cestas e conhecemos uma realidade tão
22 distinta de nós, assim, o CCA também iniciou uma campanha para
23 arrecadar dinheiro para comprar brinquedos para o dia das crianças e
24 montaremos saquinhos surpresa para as crianças dessa mesma
25 comunidade. Rafael Bataglia – parabeniza o belíssimo trabalho que a
26 universidade vem fazendo e em especial a Prefeitura do Campus,
27 Professor Gilson Bergoc, o Rafael Fujita, o Robson, nós não estamos
28 de férias. A universidade continua bonita e bem cuidada, até porque,
29 seguimos fortes com o apoio ao projeto de combate à dengue. Pessoal
30 da elétrica, da jardinagem, da hidráulica estão trabalhando
31 constantemente e realizando serviços que não eram possíveis em
32 período de aula. Parabeniza a condução dessa Administração. Prof.
33 Sérgio – os motoristas da UEL também já rodaram 3mil km em
34 Londrina, fazendo o trabalho de orientação da comunidade, com os
35 carros de som, e também dando suporte ao projeto UEL pela Vida e
36 Contra o Coronavírus. Profa. Viviane – ratifica os agradecimentos à
37 PCU. Temos constantemente recebido no CLCH o apoio da PCU.
38 Parabeniza os 50 anos do Museu Histórico de Londrina no dia 18 de
39 setembro, desde março estamos com uma programação de
40 comemoração, chegamos a fazer a primeira presencial e agora houve
41 uma ressignificação para o acesso remoto. Luiz Figueira – chegou
42 atrasado à reunião porque estava em reunião com o NIGEP, que tem

1 desenvolvido um trabalho excelente, integrado com a Prefeitura e tem
2 nos dado um apoio muito grande, um papel muito relevante da
3 universidade. Temos na prefeitura um trabalho de transformação do
4 nosso aeroporto de melhoria da infraestrutura e estamos fazendo
5 reunião com os grandes *players*, vendendo Londrina, para o Brasil e
6 para o mundo e a UEL faz parte desse complexo de serviços. Um dos
7 *players* é uma empresa aeroportuária da Espanha e outra da Suíça de
8 maior relevância na Europa. Profa. Viviane - Peço licença ao Reitor,
9 como presidente deste Conselho, para compartilhar por aqui uma
10 notícia que acabei de receber na secretaria do CLCH. A filhinha do
11 servidor Douglas Chanan, do Labted/NEAD, faleceu e está sendo
12 velada na Acesf. Nossos sentimentos ao querido Douglas e família.
13 Prof. Sérgio – lamenta o falecimento da filha do servidor. Nada mais
14 havendo a tratar, o Reitor Prof. Dr. Sérgio Carlos de Carvalho encerrou
15 a reunião e eu, Sirlei Mariano Ferreira, Secretária, “ad-hoc”, lavrei a
16 presente ata, que após lida e aprovada será assinada por mim e pelos
17 presentes à reunião.

18

19 Sérgio Carlos de Carvalho

20 Reitor

21

22 Décio Sabbatini Barbosa

23 Vice-Reitor

24

25 Mara Solange G. Dellarozza

26 Pró- Reitora de Extensão Cultura e Sociedade

27

28 Azenil Staviski

29 Pró-Reitor de Administração e Finanças

30

31 Itamar André R. do Nascimento

32 Pró- Reitor de Recursos Humanos

33

34 Mário Sérgio Mantovani

35 Pró- Reitor de Planejamento

36

37 *Diretores de Centros de Estudos*

38

39 Viviane Aparecida B. Furtoso

40 Diretora do CCH

41

42 Silvano Cesar da Costa

43 Diretor do CCE

44

45 Tânia Lobo Muniz

46 Diretora do CESA

1		
2	Gilmar Aparecido Altran	_____
3	Diretor do CECA	
4		
5	Leandro Ricardo Altimari	_____
6	Diretor do CEFE	
7		
8	Patricia Mendes Pereira	_____
9	Diretora do CCA	
10		
11	Aron Lopes Petrucci	_____
12	Diretor do CTU	
13		
14	Airton José Petris	_____
15	Diretor do CCS	
16		
17	Paulo César Meletti	_____
18	Diretor do CCB	
19		
20		
21		<i>Representantes do CEPE</i>
22		
23	Ângela P. Teixeira V.Palma	_____
24	Representante da Câmara de Pós-Graduação	
25		
26	Maria Fernanda R.Graciano	_____
27	Representante da Câmara de Pesquisa	
28		
29	Silvia Ponzoni	_____
30	Representante da Câmara de Pesquisa	
31		
32	Nilson Cesar Fraga	_____
33	Representante da Câmara de Extensão, Cultura e Sociedade	
34		
35	Edméia Aparecida Ribeiro	_____
36	Representante da Câmara de Extensão, Cultura e Sociedade	
37		
38	Lucia Giuliano Caetano	_____
39	Representante da Câmara de Graduação	
40		
41	Inês Cristina de B. Fonseca	_____
42	Representante da Câmara de Graduação	
43		
44	Marcelo Alves de Carvalho	_____
45	Representante da Câmara de Graduação	
46		
47	Márcia Regina E. Perugini	_____
48	Representante da Câmara de Pós-Graduação	
49		

1		
2		
3	<i>Representantes não vinculados à Instância Administrativa</i>	
4		
5	Sandra Galbeiro	_____
6	Representante do CCA	
7		
8	Ricardo Ralish	_____
9	Representante suplente do CCA	
10		
11		
12	Marcos Robalinho Lima	_____
13	Representante do CCB	
14		
15	Kennedy Piau Ferreira	_____
16	Representante do CECA	
17		
18	Henrique de Santana	_____
19	Representante do CCE	
20		
21	César Bessa	_____
22	Representante do CESA	
23		
24	Carlos Eduardo de O. Lima	_____
25	Representante do CCS	
26		
27	Raquel Kristch	_____
28	Representante Suplente do CLCH	
29		
30	Antônio Geraldo Pires	_____
31	Representante do CEFE	
32		
33		
34	<i>Representantes das Categorias Docentes</i>	
35		
36	Paulo Maurício Ruas	_____
37	Representante titular	
38		
39	Eliel Ribeiro Machado	_____
40	Representante Associado	
41		
42	Lorena Ferreira Portes	_____
43	Representante Adjunto	
44		
45	<i>Representante dos Servidores Técnicos Administrativos</i>	
46		
47	Joabe Vieira da Costa	_____
48	Representante dos servidores Técnicos Administrativos	
49		

- 1 Rafael Bataglia da Silva _____
2 Representante dos servidores Técnicos Administrativos
3
4 Thiago Corrêa Mattos _____
5 Representante dos servidores Técnicos Administrativos
6
7
8 *Representantes Discentes*
9
10 Ariane Ferreira Rigate _____
11
12 João Vitor da Silva Oliveira _____
13
14 Jéssica Priscilla _____
15
16